



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DO PREFEITO

*Art. 4º revogado pelo  
Decreto Nº 7109 de 30.03.2010*

DECRETO N° 7.029, 02 DE OUTUBRO DE 2009.

**INSTITUI AS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL, ESTABELECE O PERCENTUAL SUPLEMENTAR DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inc. V, da Lei Orgânica do Município de Maceió, bem como pelos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Municipal n. 5.828, de 18 de setembro de 2009, e

**CONSIDERANDO** a responsabilidade da atual administração de viabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos municipais de Maceió;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece apenas dois tipos de contribuições de natureza previdenciária, a saber, a que trata da contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, descontadas diretamente da remuneração, dos proventos e das pensões, respectivamente, e da contribuição patronal que incide sobre a folha de pagamento dos servidores ativos;

**CONSIDERANDO** que a contribuição patronal suplementar não pode ser considerada uma nova contribuição, porquanto não recepcionada pela Lei n. 9.717, de 27 de novembro de 1998;

**CONSIDERANDO** que a base de desconto da contribuição patronal é a folha de pagamento dos servidores beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social;

**CONSIDERANDO** o impedimento legal de incidência de mais de uma contribuição com nomenclatura distinta sobre a mesma base originária representada pela folha de pagamento;

**CONSIDERANDO** que a contribuição suplementar, com objetivo de amortizar o déficit técnico atuarial, corresponde a reajuste no valor da contribuição patronal;

50





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DO PREFEITO

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, estabelece o valor máximo de percentual para a contribuição patronal, o dobro da contribuição estabelecido para a contribuição dos servidores;

**CONSIDERANDO** que o valor da contribuição patronal é computado como despesa com pessoal para fins de atendimento ao artigo 169 da Constituição Federal de 1988 e aos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, podendo em prazo futuro comprometer o limite prudencial de despesas com pessoal;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, define como parâmetro mínimo do valor da contribuição dos servidores municipais o percentual aplicado aos servidores da União;

**CONSIDERANDO** que é vedado aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a criação e/ou manutenção de benefícios diferentes dos benefícios existentes no Regime Geral de Previdência Social;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** O valor do acréscimo da alíquota descontada da folha de pagamento suplementar à contribuição patronal para o Instituto de Previdência Municipal de Maceió – IPREV MACEIÓ, com o objetivo de amortizar o déficit técnico atuarial, é de 7% no ano de 2009 e de 8,72% a partir de 2010, totalizando 22% do máximo permitido de desconto sobre a folha de pagamento, conforme determinação da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.

**Art. 2º.** A Secretaria Municipal de Administração Recursos Humanos e Patrimônio (SEMARHP) e a Secretaria Municipal de Finanças poderão:

I – adotar as providências necessárias para avaliação, pelo valor de mercado, de todos os imóveis pertencentes ao Município de Maceió, com a finalidade de alienação para o Sistema Próprio de Previdência dos servidores públicos municipais, visando a amortização do déficit técnico atuarial;

II – identificar ativos do município de Maceió que constituíram capital para a formação de empresas de economia mista e agências de desenvolvimento, com objetivo de disponibilizar tais ativos para amortização do déficit técnico atuarial.

2-





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 3º.** O IPREV adotará todas as medidas legais, no sentido de imprimir celeridade na compensação previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social e com os Regimes próprios de previdência estaduais e municipais e com a união.


**Art. 4º.** Os recursos destinados para amortizar o déficit técnico atuarial não poderão comprometer às obrigações constitucionais do município relativas às transferências mínimas, calculadas sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), de 25% para a educação, de 15% para a saúde, da execução dos programas da assistência social, do pagamento da folha dos servidores, do pagamento do serviço da dívida, da contrapartida de contratos e convênios, das obras estruturantes, do custeio dos serviços administrativos e do repasse do duodécimo para a Câmara Municipal.

**Art. 5º.** Em função da relação expressa entre o percentual de contribuição dos servidores da União, inclusive sobre o percentual máximo da contribuição patronal, e o percentual adotado pelos estados, municípios e o Distrito Federal para os servidores estabelecidos pelas leis 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 10.887, de 18 de junho de 2004, guardada a justa proporção, fica estabelecida a simetria do plano de amortização do déficit técnico atuarial, com o plano adotado para os servidores da União, pela sujeição do RPPS da União aos mesmos princípios legais dos municípios.

**Art. 6º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em **02** de **Outubro** de 2009.

  
**JOSÉ CÍCERO SOARES DE ALMEIDA**  
Prefeito de Maceió

**PUBLICADO NO DOM**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Funcionário